

Informativo

JULHO

2017 // Nº 10



Dia Nacional da Construção Social será no dia 19 de agosto. Participe!

+ na página 03

Compliance e Governança lideram a agenda
estratégica de empresas de infraestrutura

+ na página 08

Expediente

Diretoria Executiva Gestão 2017/2019

Presidente

Sérgio Luiz Crema
(Amerc Construções Cívicas Ltda)

1º Vice – presidente

Rodrigo José Zerbeto Assis
(Construtora Atenas)

1º Vice - presidente Administrativo

Mayra Andrea Dória Mattana
(Dória Construções Cívicas Ltda)

2º Vice - presidente Administrativo

Alvaro Fernandes Coelho
(Plaenge Empreendimentos)

1º Vice - presidente Financeiro

Tiago Colaço Guetter
(Construtora Guetter Ltda)

2º Vice - presidente Financeiro

Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda)

VICE – PRESIDENTES DE ÁREAS TÉCNICAS

Política e Relações do Trabalho

Wladimir Mazzolla Moraes
(Lavitta Engenharia Civil Ltda)

Responsabilidade Social

Jociana Niespodzinski
(Engefan Construções Cívicas Ltda)

Indústria Imobiliária

João Carlos Perussolo
(Construtora San Remo Ltda)

Obras Públicas

Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda)

Técnica

Euclesio Manoel Finatti
(Braengel Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda)

Prestação de Serviços

Andre Luiz Gonçalves
(AGF System)

Meio Ambiente

Ubiraitá Antonio Dresch
(estilo Condomínios Ltda)

Banco de Dados

Marcos Kahtalian
(Brain Bureau de Inteligência Corporativa)

CONSELHO DELIBERATIVO

Julio César de Souza Araújo Filho
(Construtora Arce Ltda)

Marcelo Azevedo Braga
(Braenge Técnicas de Engenharia Ltda)

Ramon Andres Doria
(Doria Construções Cívicas Ltda)

Erlon Donovan Rotta Ribeiro
(Construtora Andrade Ribeiro Ltda)

EX –PRESIDENTES (NATOS)

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Hamilton Pinheiro Franck (Presidente)
(H.Franck Construção Civil Ltda)

Normando Antonio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)

CONSELHO FISCAL

Sérgio Gugelmin Motter
(Sermo Construções Cívicas Ltda)

Renato Cláudio Keinert Junior
(Exame Tecnologia Ltda)

Daniel do Amaral Marquêdo
(Ponto BR Engenharia Ltda)

Luciano Plugge Freitas
(Cron Engenharia)

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA FIEP

Sérgio Luiz Crema
(Amerc Construções Cívicas Ltda)

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)

Gustavo Daniel Berman

(R S Engenharia e Empreendimentos Imobiliários)

REPRESENTANTES REGIONAIS

Helmiro Roberto Bobeck – Ponta Grossa
(Construtora Rio da Prata Ltda)

Carlos Alberto de Azevedo – Paranaguá
(A.R Costa Engenharia)

Felipe Ricardo Schleder Pawlina - Guarapuava
(EPAX Construtora)

Luíz Carlos Braun – Pato Branco
(Braun Engenharia)

Ademir Antônio Schwarts – Francisco Beltrão

(Empretec Empreendimentos Técnica e Construções Ltda)

SINDUSCONPR

Publicação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

Administração:

Rua: João Viana Seiler, 116 – Parolin

Fone (41) 3051 4300

CEP 80.220.270 – Curitiba – PR

sinduscon@sindusconpr.com.br

www.sindusconpr.com.br

Edição:

Assessoria de Comunicação do Sinduscon-PR

Coordenação editorial: Conexa Comunicação

Jornalista responsável: Fabiane Ribas (DRT: PR 4004)

Edição: Waléria Pereira

Diagramação e editoração: Invente Comunicação

Impressão: Optagraf

Assessorias Sinduscon Paraná

Os associados ao Sinduscon Paraná têm acesso a vários serviços especializados, entre eles as assessorias técnicas. A equipe da entidade está à disposição para atendê-lo!

• Plantão Técnico (terças e quintas após às 14h)

41. 3051-4333

• Jurídico

41. 3051-4326 | 3051-4323

• Engenharia

41. 3051-4324

• Economia

41. 3051-4327

• Segurança do Trabalho

41. 3051-4373



"Eu escolho ser honesto."

Minhas escolhas, meu país.

**DIA NACIONAL
DA CONSTRUÇÃO
SOCIAL**
E D I Ç Ã O 2 0 1 7

**Dia 19 | agosto
das 9h às 14h**

Local: Unidade SESI da CIC, Rua General Potiguara, 201

Apoio especial



Realização



FIEP
SESI
SENAI
TEL

SESI

Promoção



As vagas são limitadas. É necessário confirmar presença pelo telefone (41) 3051.4355.

Deputado Luiz Carlos Hauly irá explanar sobre Reforma Tributária no Sinduscon-PR

Evento será no dia 14 de agosto, às 18h30, e contará também com a presença do presidente da CBIC, José Carlos Martins



14 | AGOSTO

Reunião com Associados:

Reforma Tributária e o panorama da Indústria da Construção

O Sinduscon Paraná realizará no dia 14 de agosto, às 18h30, uma Reunião com Associados que traz dois assuntos em evidência no momento: Reforma Tributária e o panorama da Indústria da Construção diante do cenário político e econômico atual.

Para falar sobre os temas, a entidade convidou o Relator do Projeto da Reforma Tributária, o Deputado Luiz Carlos Hauly, e o Presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins. Em seguida, haverá um rico debate com os participantes.

A Reunião ocorrerá na Sede Social do Sinduscon-PR, localizada na Rua da Glória, 175, no Centro Cívico. Para participar é necessário confirmar presença pelo telefone (41) 3051-4366 ou 3051-4335.



José Carlos Martins



Deputado Luiz Carlos Hauly

Seconci Paraná fecha convênio com ótica

Os trabalhadores poderão adquirir óculos com preços e condições de pagamento diferenciados



Foto: Priscilla Fiedler

O Seconci Paraná acaba de ampliar os benefícios aos trabalhadores das empresas associadas à entidade. A partir de agora, os pacientes que necessitarem de óculos poderão adquirir com preços e condições de pagamento diferenciados, oferecidos pela Óticas Carol.

“O Seconci Paraná existe para proporcionar ao trabalhador as melhores condições de saúde e segurança. Com essa parceria conseguimos um preço muito atrativo, no mínimo 50% mais barato que o praticado no mercado. Para nós é fundamental que o trabalhador tenha uma boa saúde, inclusive a dos olhos, pois vive e trabalha melhor, além de ter mais qualidade de vida”, reforça o vice-presidente de Área Técnica do Sinduscon e Seconci Paraná, Euclesio Finatti, idealizador da parceria.

Ao adquirir qualquer produto, o trabalhador tem garantia do produto e ainda, as manutenções como limpeza, troca de plaquetas, ajustes e parafusos sem custo. Outra vantagem é o pagamento que pode ser realizado em até duas (02) parcelas.

Confira os kits disponíveis:

- Dois kits para visão simples (somente de perto ou somente de longe) com lentes orgânicas incolores para dioptrias de -4,00/+4,00 cilindro -2,00 ou lentes 1.56 com antirreflexo para dioptrias de -8,00/+6,00 cilindro -2,00.

Kit 1 - Armação com lentes orgânicas incolores por R\$ 149,00.

Kit 2 - Armação com lentes orgânicas ou 1.56 com antirreflexo por R\$ 199,00.

- Dois kits para multifocais sendo as lentes em material orgânico atendendo as dioptrias -6,00/+4,00 com adição até +3,00 com ou sem antirreflexo dependendo do kit escolhido.

Kit 3 - Armação com lentes multifocais orgânicas incolores por R\$ 278,00.

Kit 4 - Armação com lentes multifocais orgânicas com antirreflexo por R\$ 397,00.

Norma Técnica estabelece indicadores para medir a sustentabilidade de comunidades urbanas

Indicadores podem ajudar empresas do setor da construção na elaboração de projetos de cidades mais sustentáveis



A primeira norma técnica nacional relacionada às cidades sustentáveis já pode ser obtida junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Trata-se da NBR ISO 37120:2017, que define e estabelece metodologias para um conjunto de indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável de comunidades urbanas para orientar e medir o desempenho de serviços urbanos e qualidade de vida.

Embora não tenha caráter compulsório, as empresas do setor da construção podem seguir a norma para a elaboração de documentos e de projetos que visem cidades mais sustentáveis. As empresas podem, por exemplo, usá-las para atestar junto a clientes e governo a sustentabilidade dos seus empreendimentos. “A norma técnica pode ser utilizada para um empreendimento que

está sendo lançado, mas também para um já existente, em loteamento, bairro, cidade ou município”, destaca o presidente e coordenador da Comissão de Estudos Especial (CEE) 268 da ABNT, professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Alex Abiko, que trabalhou para a elaboração e divulgação da norma.

Além disso, a norma também pode auxiliar as entidades do setor que aderiram ao projeto “O Futuro da Minha Cidade”, realizado pela CBIC, com a correalização do Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, na avaliação do desempenho de suas cidades, por meio das cidades de forma sustentável, a fim de ter cidades que implementem políticas públicas sustentáveis, respeitem e preservem o meio ambiente, mas também estabeleçam medidas que resultem em melhor qualidade de vida para seus habitantes. “Não tem como pensar o futuro das cidades se não for de forma sustentável”, destaca o presidente da CMA/CBIC, Nilson Sarti. O projeto, que já conquistou apaixonados por 19 localidades, é baseado na experiência bem sucedida de Maringá (PR) e tem como objetivo mobilizar a sociedade local para ser protagonista e não refém do futuro em suas comunidades, criando soluções para a sustentabilidade urbana.

Fonte: CBIC

Os interessados em consultar a NBR ISO 37120 devem entrar em contato com a ABNT: www.abnt.org.br

Seconci-PR: sinônimo de saúde, segurança e comodidade ao trabalhador do setor

As ações do Seconci contribuem para melhorar a produtividade e reduzir os índices de acidentes no ambiente de trabalho



Foto: Priscilla Fiedler

O Serviço Social do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Seconci-PR) é uma entidade sem fins lucrativos e de utilidade pública que presta serviços de assistência social, assistência preventiva à saúde, medicina ocupacional e segurança do trabalho às empresas da construção civil e de outros setores ligados à cadeia produtiva da construção.

No Seconci-PR, o trabalhador tem atendimento gratuito, com hora marcada, para consultas médicas, tratamento odontológico e realização de exames especializados. Com mais saúde e qualidade de vida, o colaborador trabalha mais satisfeito e valoriza a sua empresa.

As ações do Seconci contribuem para melhorar a produtividade, reduzir as faltas ao trabalho e muito importante: reduz os índices de acidentes no ambiente de trabalho.

Segurança do Trabalho

O Seconci-PR elabora PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - para empresas com mais de 20 funcionários).

Realiza visitas técnicas periódicas para identificação de riscos de acidentes e atualização dos programas de prevenção, gera relatórios com orientações para neutralizar ou eliminar riscos, presta orientações quanto a EPI's, EPC, Cipas, além de efetuar treinamento em saúde e segurança do trabalho.

Associe-se ao Seconci-PR. Informações pelo telefone (41) 3051-4366 ou pelo e-mail: relacionamento@sindusconpr.com.br

30

**COMEMORAR É
RECORDAR O PASSADO
E PLANEJAR O FUTURO...**

Temos um imenso orgulho e gratidão em comemorar 30 anos de história, trabalho e muita dedicação. Nossa ambição é ir além, sem medir esforços.

A marca do andaime **VERSÁTIL**

Compliance e Governança lideram a agenda estratégica de empresas de infraestrutura

Na busca por novas oportunidades de negócios, empresários modernizam processos internos, fortalecendo a governança e a integridade



Essa é uma das sínteses de pesquisa realizada pela Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para conhecer as preocupações de empresários que atuam no campo da infraestrutura, com vistas a orientar o trabalho da entidade. Para isso, foi selecionada uma amostra com 180 empresários distribuídos em 10 Estados brasileiros – São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Pará, Distrito Federal e Ceará – e atuantes nos segmentos de logística/transportes; energia e saneamento, que responderam a 12 perguntas mapeando os desafios atuais de suas empresas e a busca por novas oportunidades de negócios.

100% informaram tomar medidas para melhorar a governança de suas empresas

Dos 50 empresários que responderam à primeira edição do CBIC Sondagem INFRA, 100% informaram tomar medidas para melhorar a governança de suas empresas e 85% declararam ser importante a adoção de políticas de compliance para melhor posicionar-se no mercado nacional nesse momento.

“Essa é uma surpresa positiva da pesquisa. As empresas perceberam que para disputar esse novo mercado, com essas características, têm de investir em governança, incluído o compliance, e estão investindo nisso”, diz Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC. Segundo ele, se há poucos anos políticas mais consistentes de gestão e integridade não fariam diferença no desempenho empresarial, hoje tornaram-se fator determinante na busca por financiamento e seguro para os projetos, o que tem induzido a uma nova mentalidade entre as empresas pequenas e médias. Gestão e tecnologia

são apontadas, ainda, como ferramentas para garantir competitividade às empresas brasileiras diante da maior concorrência com companhias internacionais.

O CBIC Sondagem INFRA terá periodicidade trimestral e deve ter sua abrangência ampliada, agregando outros Estados brasileiros. Dentre as empresas que participaram da primeira rodada, 70% são médias, com faturamento anual entre R\$ 90 milhões e R\$ 200 milhões. 20% são empresas pequenas, com faturamento anual de até R\$ 90 milhões; e 10% são empresas grandes, com faturamento anual acima de R\$ 200 milhões. “A pesquisa confirma o trabalho que temos feito, de estimular e dar o ferramental necessário a uma nova mentalidade na construção, para que as empresas possam enxergar outro horizonte e participar de um novo momento do país”, diz Carlos Eduardo.

90% dos empresários que responderam à pesquisa confirmaram buscar novas oportunidades de negócios, movimento significativo na avaliação do presidente da COP. “Até dois ou três anos atrás, essa média girava em torno de 45%, no máximo 50%, quando menos empresas estavam se arriscando a buscar novas oportunidades”, quantificou. A ampliação das oportunidades de negócios e a inserção de um número maior de empresas nos projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) são temas prioritários na agenda da CBIC e foco de intensa ação da Comissão de Infraestrutura. A entidade tem formulado propostas para abrir novos mercados, como a que culminou no programa federal de apoio às concessões municipais, anunciado pelo presidente Michel Temer dias atrás.

Falta de Investimento como principal gargalo

Para 40% dos empresários consultados pela COP, a queda do investimento público é o fator com maior impacto no desempenho negativo de suas empresas; outros 30% apontam o comportamento predatório em licitações públicas como gargalo determinante; e 25% destacam as condições de financiamento como entrave aos negócios – combinadas, essas três variáveis corroboram a linha de ação da CBIC, que tem conduzido diálogo institucional

com o Poder Executivo federal e seus agentes financeiros em busca de regras mais aderentes à realidade das empresas na concessão do crédito e também maior concorrência e transparência nas licitações. O esvaziamento dos cofres públicos e, conseqüentemente, da capacidade de investimento dos governos impõe uma conjuntura nova, que exige dos agentes financeiros públicos um olhar diferente para as empresas pequenas e médias. A pesquisa informa que 70% das empresas que participaram têm valores em atraso a receber da administração pública por obras em execução.

“Para essas concessões e parcerias deslançarem, faltam as condições de financiamento serem readequadas para essa nova realidade do Brasil. O gabarito de análise de um financiamento no BNDES ou mesmo na Caixa ainda é muito preso a grandes projetos e grandes empresas”, diz Carlos Eduardo. Segundo ele, embora o mercado esteja mudando e a conjuntura econômica esteja impondo dificuldades ao empreendedor, os agentes financeiro seguem avaliando o balanço, a capacidade financeira, das empresas e a não a viabilidade dos projetos. “As empresas estão fazendo o seu dever de casa, mas é preciso que haja uma resposta do mercado em condições de financiamento”, cobra o presidente da COP.

O CBIC Sondagem INFRA também demonstra os segmentos de maior interesse dos empresários da construção civil nas modalidades de concessões e PPPs: rodovias, saneamento, iluminação pública, habitação e aeroportos.

Energia e mineração também são lembrados. O empresário reafirmaram sua expectativa pela aprovação das reformas: 45% destacaram a reforma da Previdência; 30% a reforma trabalhista, já sancionada pelo presidente da República; e 20% a reforma política.

Fonte: CBIC

Sistema Fiep inaugura Fab Lab para estimular a inovação e a criatividade

O objetivo do laboratório é criar um espaço onde alunos, empresas e a comunidade possam compartilhar conhecimentos e colocar em prática seus projetos e ideias

Um Fab Lab - ou Fabrication Laboratory - é um laboratório de fabricação digital. Os equipamentos, ferramentas e expertise disponíveis permitem que estudantes, profissionais e empresas transformem ideias em realidade, sempre com foco na resolução de problemas, desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e inovação.

Os Fab Labs estão espalhados por dezenas de países - são 1.164 em todo o mundo; 40 no Brasil, segundo dados do site fablabs.io - cada um com foco nas demandas regionais, formando uma grande rede para o compartilhamento de soluções.

No dia 01 de agosto o Sistema Fiep abriu as portas do Fab Lab da Indústria na unidade CIC, com o objetivo de criar um espaço onde alunos, empresas e a comunidade possam compartilhar conhecimentos e colocar em prática seus projetos e ideias; além de disseminar os conceitos da indústria 4.0 para formar profissionais da indústria do futuro e viabilizar a criação de soluções e produtos baseados no conceito de open design, no qual empresas e comunidade trabalham em parceria.

“É um ambiente que estimula a criatividade, a inovação e o trabalho colaborativo, com equipamentos e processos flexíveis de fabricação digital para a prototipagem de produtos, funcionando em sinergia com a metodologia de ensino do Colégio Sesi e Senai, que visa desenvolver em nossos alunos a capacidade de transformarem ideias e conceitos em realidade”, afirma Edson Vander Lopes, coordenador do Fab Lab da Indústria.

O Fab Lab da Indústria está dividido em cinco áreas: Espaço de Fabricação digital (com 5 Impressoras 3D; 1 Cortadora Laser; 1 Router CNC e 1 Cortadora Vinil); Espaço de Eletrônica (com 2 Estações de solda SMD; 2 Estações de testes e medidas; 1 Estação de fabricação de PCIs e 1 Prototipadora de placas CNC); Espaço de Software (com 20 Computadores; 20 kits de desenvolvimento Arduino e 20 kits de desenvolvimento Raspberry pi); Espaço de Manufatura (com 2 Tornos Convencionais; 2 Furadeiras Fresadoras; 1 Lixadeira Circular e Moto Esmeril, Cabine de Pintura e furadeira de bancada) e Espaço CNC 4.0 (com 1 Torno CNC; 1 Centro de Usinagem e 1 Braço Robótico Industrial - em processo de aquisição).

Confira os serviços disponibilizados no laboratório da Indústria:

- Desenvolvimento de produto e modelagem de peças;
- Reserva de ambientes e equipamentos dos laboratórios;
- Prototipagem;
- Treinamento;
- Suporte a produção de pequenos lotes de produtos;
- Monitoria de projetos;
- Organizamos eventos relacionados a novas tecnologias;
- Projeto e criação de espaços Makers.

Mais informações: (41) 3271-7155 ou

edson.lopes@pr.senai.br

sistemafiep.org.br/fablab

Lei Federal legaliza condomínios de lotes e loteamentos fechados

A Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, teve como principal tema a regularização fundiária, criando instrumentos para facilitar a solução a milhares de imóveis no país que estão em situação de ilegalidade. A lei também trouxe outras importantes novidades em matéria de direito imobiliário, que apresentamos abaixo, de forma resumida.

Condomínios de lotes: Alguns municípios, como é o caso de Curitiba, consideravam inadmissíveis empreendimentos de “condomínios de lotes”, ou seja, incorporações com a venda apenas de terrenos, para que cada comprador aprovasse o projeto de sua casa ou sobrado. Desta forma, o empreendedor necessitava aprovar na Prefeitura um condomínio já com projetos básicos de casas - e o comprador, caso desejasse, deveria alterar o projeto junto à Prefeitura para adequá-lo aos seus interesses. A fim de resolver este impasse, a Lei nº 13.465 introduziu o art. 1.358-A ao Código Civil de 2002, prevendo expressamente a modalidade de empreendimentos de “condomínios de lotes”. Ou seja, o empreendedor poderá aprovar um projeto de incorporação imobiliária composto apenas por lotes de terrenos, ficando a cargo do comprador aprovar e construir sua casa ou sobrado da forma como melhor entender.

Loteamento fechado: De tempos para cá, passou a ser comum a construção de empreendimentos (inclusive de alto padrão) de parcelamento do solo com o acesso bloqueado para não-moradores. Ocorre que, nos loteamentos, diversamente do que ocorre nos condomínios, as vias de circulação são de propriedade do Poder Público. Por esta razão, muitas discussões foram lançadas, inclusive com o ajuizamento de ações civis públicas buscando impedir que o acesso a estas ruas fosse fechado. A nova lei inseriu o parágrafo oitavo ao art. 2º da Lei nº 6.776/79, instituindo o “loteamento

de acesso controlado”, modalidade específica de parcelamento do solo, a ser regulamentada por cada município. Assim, passa a ser permitido o fechamento do perímetro com muros e a instalação de guarita de acesso. Entretanto, o acesso de não-moradores não pode ser totalmente impedido, sendo exigível tão somente o seu cadastramento e identificação.

Usucapião extrajudicial: A lei trouxe uma alteração substancial para o procedimento de notificação extrajudicial, uma vez que a ausência de resposta por parte do confrontante intimado a se manifestar passa a ser reconhecida como aceitação tácita, e não mais como negativa, conforme previsto na legislação anterior. A nova lei também permite a notificação por edital em caso de o confrontante ser desconhecido.

Alienação fiduciária: a Lei nº 13.465 também trouxe novidades na regulamentação do principal modelo de garantia utilizado nos financiamentos imobiliários. A lei passou a exigir a intimação pessoal do devedor a respeito das datas dos leilões, permitindo, por outro lado, a intimação “por hora certa” em caso de tentativa de ocultação. Foi criado, ainda, o direito de preferência ao devedor para a aquisição do imóvel pelo preço das parcelas em aberto acrescidas das dívidas acumuladas, a ser exercido antes do segundo leilão. Também foi facilitada a reintegração de posse pelo credor ou a imissão de posse por parte do adquirente do bem em leilão, estabelecendo-se que o devedor deve reivindicar eventuais prejuízos mediante ação de perdas e danos, não podendo permanecer, injustificadamente, ocupando o imóvel.

Ricardo Campelo

Consultor jurídico do Sinduscon-PR e sócio do escritório Ricardo Campelo Advogados



SEGURO MIP HABITACIONAL CBIC

A garantia de uma seguradora que está entre as 10 maiores seguradoras do mundo!

MIP Morte, Invalidez Permanente Total por Acidente (IPTA) e Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD)

Diferenciais do Mercado:

- ✓ Taxa única, diferenciada e reduzida de **0,021%** aplicada sobre o saldo devedor mensal;
- ✓ Capital Segurado por CPF de até 5 milhões de saldo devedor;
- ✓ Não há necessidade de preenchimento da Declaração Pessoal de Saúde até 3 milhões de Saldo Devedor;
- ✓ Ampara doenças pré-existentes após 2 anos de vigência;
- ✓ Sem limite de prazos de financiamento e de idade;
- ✓ Cotação e Faturamento através do envio por meio eletrônico e rápido.

Contate: SEGUROSCBIC.COM.BR

0800 6489009

Apólices que oferecem mais tranquilidade para o construtor, mais credibilidade para o incorporador e mais segurança para o adquirente.

GARANTIA:

